15 SET 1988

Operação e Orçamento que pode ser CORREIO BRASILEIRO desmontada

A Operação Desmonte, de fusão e extinção de órgãos públicos, embutida na proposta orçamentária do próximo ano, corre o risco de ser totalmente desmontada pelo Congresso Nacional caso prevaleça a posição da Comissão que examina o orçamento. Os deputados questionam os critérios adotados pelos ministros da área econômica para cortar recursos e transferir para os estados a execução de programas até agora de responsabilidade do Governo Federal.

Com apoio do presidente, deputado Cid Carvalho, e dos relatores, senador Almir Gabriel e deputado César Maia, o deputado José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE) propôs que a Comissão promova uma radiografia geral da Operação, sob o argumento de que tanto o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, quanto o da Fazenda, Mailson da Nóbrega, estão "mentindo e iludindo o presidente da República". Segundo o deputado, a Operação não se destina apenas a contrabalançar o aumento de despesas decorrente da reforma tributária contida na Constituição, mas eliminar o déficit público "deixado por governos incompetentes".

A Comissão questiona, em síntese, os critérios dos ministros da área econômica para fazer os cortes de recursos e extinção de órgãos, porque, afirmou o deputado José Carlos Vasconcelos, não foram explicados à sociedade os verdadeiros objetivos da Operação. "A Seplan adotou critérios estapafúrdios e não deu oportunidade para que os ministros atingidos examinassem os cortes", observou.

A Comissão passou mais de duas horas questionando a decisão do Governo de eliminar as subvenções destinadas aos congressistas e os recursos programados para a área de seguridade social. A deputada Maria de Lourdes Abadia propôs, com aprovação unânime, que a Comissão levante o total de recursos que o Executivo destina à área de assistência social nos setores de saúde, educação e cultura e, ao mesmo tempo, adote normas rígidas de distribuição desse dinheiro.

Para a deputada, o que existe atualmente é um verdadeiro processo de clientelismo e apadriñamento da distribuição dessas subvenções. Ela lembrou "atos de corrupção, como o da SEAC" (Secretaria Especial de Ação Comunitária). Segundo ela, não se conhece no País uma só criança medida ou pesada para avaliar os resultados do programa de distribuição de leite.

A sugestão aprovada pela Comissão é no sentido de que o Congresso passe também a fiscalizar e controlar a distribuição dos recursos do item subvenção e, com isso, estabelecer uma política de seguridade social, como foi aprovada pela Constituinte.